

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	343.000
Preferenciais	240.000
Total	583.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	166.643	175.352	185.541
1.01	Ativo Circulante	30.850	36.025	50.116
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7	60	38
1.01.02	Aplicações Financeiras	184	273	10
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	184	273	10
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	184	273	10
1.01.03	Contas a Receber	16.008	17.851	21.827
1.01.03.01	Clientes	16.008	17.851	21.827
1.01.04	Estoques	12.877	15.817	24.586
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.043	972	1.743
1.01.07	Despesas Antecipadas	19	69	240
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	712	983	1.672
1.01.08.03	Outros	712	983	1.672
1.02	Ativo Não Circulante	135.793	139.327	135.425
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.230	1.738	1.641
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17	26	26
1.02.01.03	Contas a Receber	343	0	0
1.02.01.03.01	Clientes	343	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	870	1.712	1.615
1.02.01.09.03	Imposto a Recuperar	78	77	80
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	200	689	525
1.02.01.09.05	Outros Créditos	592	946	1.010
1.02.02	Investimentos	26.966	24.973	15.932
1.02.02.01	Participações Societárias	266	258	227
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	266	258	227
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	26.700	24.715	15.705
1.02.03	Imobilizado	106.681	112.040	117.356
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	106.681	112.040	117.356
1.02.04	Intangível	916	576	496

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	166.643	175.352	185.541
2.01	Passivo Circulante	154.055	141.164	96.210
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	49.985	34.509	17.249
2.01.02	Fornecedores	7.269	13.141	11.024
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.740	57.846	22.778
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.047	33.698	43.711
2.01.05	Outras Obrigações	2.014	1.970	1.448
2.02	Passivo Não Circulante	81.073	86.981	81.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.938	11.302	18.984
2.02.02	Outras Obrigações	46.396	45.400	53.676
2.02.02.02	Outros	46.396	45.400	53.676
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	46.396	45.400	53.676
2.02.03	Tributos Diferidos	19.617	22.572	3.562
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.617	22.572	3.562
2.02.04	Provisões	10.122	7.707	5.610
2.03	Patrimônio Líquido	-68.485	-52.793	7.499
2.03.01	Capital Social Realizado	9.214	9.214	9.214
2.03.03	Reservas de Reavaliação	996	1.044	1.123
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-108.682	-94.111	-35.249
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	29.987	31.060	32.411

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	109.031	114.195	136.048
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-81.630	-102.017	-106.288
3.03	Resultado Bruto	27.401	12.178	29.760
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.226	-12.558	-22.470
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.706	-13.072	-14.362
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.132	-9.273	-8.873
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.612	9.787	765
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.175	-380	7.290
3.06	Resultado Financeiro	-29.821	-38.306	-9.389
3.06.01	Receitas Financeiras	4.179	7.859	28.519
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.000	-46.165	-37.908
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.646	-38.686	-2.099
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.955	-21.606	9.150
3.08.02	Diferido	2.955	-21.606	9.150
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.691	-60.292	7.051
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.691	-60.292	7.051
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-25,85001	-99,32784	11,61614
3.99.01.02	PN	-28,43509	-109,26063	12,77776

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.691	-60.292	7.051
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.691	-60.292	7.051

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	40.283	17.324	7.199
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.668	-10.926	-6.693
6.01.01.01	Resultado Líquido Antes do IR e CSLL	-18.646	-38.686	-2.099
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.928	5.946	6.128
6.01.01.03	Provisão para Realização Créditos	-438	1.471	607
6.01.01.04	Provisão para Estoques Obsoletos	23	-329	500
6.01.01.05	Provisão para Contingências	2.415	2.097	2.235
6.01.01.06	Provisão Multa e Juros s/ Impostos	1.085	0	0
6.01.01.07	Juros e Variação Cambial	7.035	12.024	9.720
6.01.01.08	Custos das Vendas de Ativo Imobilizado e Intangível	6.297	1.451	520
6.01.01.09	Anistia Refis / Estorno Anistia	0	5.100	-24.304
6.01.01.10	IR e CSLL Diferidos	2.954	0	0
6.01.01.11	Receita s/ Valorização Proriedade para Investimento	-1.985	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	36.615	28.250	13.892
6.01.02.01	Redução/(aumento) de Clientes	1.938	2.505	-2.144
6.01.02.02	Redução/(aumento) dos Estoques	2.917	9.098	-1.239
6.01.02.03	Redução/(aumento) de Outros Ativos	1.092	-7.507	-254
6.01.02.04	Aumento/(redução) de Fornecedores	-5.872	2.117	115
6.01.02.05	Aumento/(redução) de Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.476	14.665	25.299
6.01.02.06	Aumento/(redução) de Obrigações Tributárias	13.850	15.914	0
6.01.02.07	Aumento(redução) de Outras Variações de Passivos	44	522	372
6.01.02.08	Juros Pagos	7.170	-9.064	-8.257
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.116	-2.424	-6.024
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-5.691	-1.971	-6.511
6.02.03	Aquisição de Intangível	-515	-190	-68
6.02.04	Variação de Aplicações financeiras sem Liquidez Imediata	98	-263	555
6.02.05	Variação das Propriedades para Investimento	-8	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-34.220	-14.878	-1.182
6.03.01	Captações de Empréstimos	90.539	124.742	171.161

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03.03	Pagamento de Empréstimos, incluindo juros	-124.759	-139.620	-172.343
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-53	22	-7
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60	38	45
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7	60	38

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-94.112	32.104	-52.794
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-94.112	32.104	-52.794
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.691	0	-15.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.691	0	-15.691
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.121	-1.121	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.746	-1.746	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-625	625	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-108.682	30.983	-68.485

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-35.249	33.534	7.499
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-35.249	33.534	7.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-60.292	0	-60.292
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-60.292	0	-60.292
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.430	-1.430	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	2.166	-2.166	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-736	736	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-94.111	32.104	-52.793

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.214	0	0	-43.521	34.755	448
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.214	0	0	-43.521	34.755	448
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.051	0	7.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.051	0	7.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.221	-1.221	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	1.850	-1.850	0
5.06.05	Tributos sobre a Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-629	629	0
5.07	Saldos Finais	9.214	0	0	-35.249	33.534	7.499

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	150.595	157.581	185.671
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	150.083	156.514	185.946
7.01.02	Outras Receitas	74	105	333
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	438	962	-608
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.022	-87.125	-55.852
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.470	-24.933	-30.934
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.576	-64.630	-27.917
7.02.04	Outros	2.024	2.438	2.999
7.03	Valor Adicionado Bruto	101.573	70.456	129.819
7.04	Retenções	-5.916	-5.946	-6.128
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.916	-5.946	-6.128
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.657	64.510	123.691
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.179	7.859	28.519
7.06.02	Receitas Financeiras	4.179	7.859	28.519
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	99.836	72.369	152.210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	99.836	72.369	152.210
7.08.01	Pessoal	37.469	47.685	50.408
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.323	38.952	40.963
7.08.01.02	Benefícios	2.764	5.946	6.871
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.382	2.787	2.574
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.002	43.149	42.223
7.08.02.01	Federais	20.738	21.015	21.047
7.08.02.02	Estaduais	22.018	22.095	21.124
7.08.02.03	Municipais	246	39	52
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.056	41.827	52.528
7.08.03.01	Juros	34.000	40.634	51.473
7.08.03.02	Aluguéis	1.056	1.193	1.055
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.691	-60.292	7.051
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.691	-60.292	7.051

Relatório da Administração

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016

Senhores Acionistas,

A Administração da Metalúrgica Riosulense S.A. apresenta para apreciação e análise, as informações relevantes sobre o desempenho da Companhia durante o exercício de 2016, bem como as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de notas explicativas e do relatório da auditoria externa.

CONJUNTURA ECONÔMICA

No ano de 2016 a economia brasileira sofreu com a persistência de uma das piores recessões de toda a história nacional. Também sofreu os impactos negativos do menor ritmo de comércio mundial, paralisando o crescimento econômico do país. Apesar das recentes medidas e alterações nas políticas econômicas, a indústria continua enfrentando uma conjuntura complicada, devido à fraca demanda externa e interna, que se soma aos problemas estruturais de baixa competitividade e produtividade.

Entre os principais fatores que contribuíram para este fraco desempenho registrado em 2016, destacam-se o baixo nível de confiança dos empresários e das famílias no atual modelo político-econômico, as altas taxas de juros, o aumento na taxa de desemprego, além do sistema político não confiável, que provocaram um cenário de volatilidade e desestímulo aos investimentos ao longo do ano.

Conforme dados do IBGE, a produção industrial brasileira, de janeiro a dezembro de 2016, acumulou uma queda de 6,6% com relação a 2015 e, neste contexto, a indústria automobilística, com base nos dados divulgados no Relatório da Balança Comercial, elaborados com base em informações oferecidas por empresas associadas ao Sindipeças, apontaram queda de 6,0% no faturamento líquido nominal em comparação ao ano de 2015. As exportações apresentaram contração de 13,5% nos vinte principais mercados de destino em relação a 2015, segundo a pesquisa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No exercício de 2016 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 109.031 mil, contra R\$ 114.195 mil em 2015, apresentando, portanto, uma queda de 4,52%.

As vendas internas atingiram R\$ 91.707 mil, o que representou 84,11% da ROL, diminuindo 4,66% em relação a 2015. As vendas externas totalizaram R\$ 17.325 mil, atingindo 15,89% da ROL, importando num aumento de 3,78%, comparado ao desempenho de 2015.

O resultado líquido da Companhia ficou negativo em R\$ 15.691 mil, representando -14,39% da ROL. Em 2015 a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 60.292 mil, equivalente a -52,80% da ROL.

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA ficou positiva em R\$ 17.091 mil, com aumento de 207,06% sobre o resultado obtido em 2015. A margem do EBITDA atingiu 15,68%, 10,81 pontos percentuais acima daquela observada do ano anterior. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM

Relatório da Administração

527 de outubro de 2012, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Demonstrativo: EBITDA	2016	2015
Receita operacional líquida	109.031	114.195
Custos dos produtos/serviços vendidos	(81.630)	(102.017)
Resultado bruto	27.401	12.178
(-) Despesas com vendas e distribuição	(10.706)	(13.072)
(-) Despesas gerais e administrativas	(7.132)	(9.273)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	1.612	9.787
Resultado da Atividade	11.175	(380)
(+) Depreciação/Amortização	5.916	5.946
EBITDA	17.091	5.566
Margem EBITDA (%)	15,68%	4,87%

MERCADOS

Mercado de Reposição

O mercado de reposição atingiu uma receita líquida de R\$ 68.819 mil, o que representa 63,12% da ROL, registrando uma evolução de 1,0% em relação a 2015.

Mercado de Montadoras

A receita do mercado de montadoras totalizou R\$ 40.213 mil, representando 36,88% da ROL, registrando uma redução de 12,0% em relação ao ano anterior.

INVESTIMENTOS

Investimentos em Ativos Imobilizados e Intangíveis

Os investimentos realizados no ano de 2016 em ativos fixos e intangíveis, totalizaram R\$ 1,633 mil, que diante dos R\$ 2.161 mil investidos em 2015, representaram uma redução de 24,43%. Os investimentos realizados destinaram-se à adequação do parque fabril, automação e modernização dos processos existentes.

Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2016, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 1.773 mil, ante R\$ 1.614 mil em 2015. Estes investimentos foram destinados para projetos de aperfeiçoamento dos produtos atuais, inovações, bem como, para a busca constante de novas tecnologias que possibilitem a melhoria dos processos de usinagem e fundição.

QUALIDADE E MEIO AMBIENTE

Relatório da Administração

O sistema de gestão integrada da Riosulense deu um significativo passo rumo a excelência, consolidando-se como um dos melhores fornecedores para nossos clientes, atendendo as expectativas quanto as metas propostas de PPM e pós vendas.

O ano de 2015, foi marcado pela conquista da reacreditação internacional TPG (*Transportation and Power Generation Accreditation Program*), um programa de certificação internacional, que torna a Riosulense a única empresa brasileira apta para fornecer a qualquer planta da *GE Transportation* do mundo.

Os esforços para minimizar os impactos ambientais da organização continuam em ritmos acelerados, a areia de fundição, antes depositada em aterro industrial, já tem outros destinos licenciados, e continua incorporando novos produtos, como artefatos de concreto.

RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

As ações de responsabilidade social da Companhia ultrapassam as exigências legais, traduzindo-se em relevantes iniciativas de cunho social, que visam à melhoria da qualidade de vida de todos. Em 2016 destacam-se as seguintes ações:

- Investimentos em benefícios diretos, totalizando R\$ 2.766 mil, equivalendo, na média, R\$ 3.826 reais por funcionário;
- Recolhidos o montante de R\$ 42.643 mil em contribuições compulsórias, compreendendo impostos;

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento a instrução CVM nº 381/2003, informamos que no decorrer do exercício de 2016 os auditores independentes, representados pela empresa Martinelli Auditores, prestaram apenas serviços de auditoria externa, não tendo eles realizado quaisquer outros trabalhos à Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância as disposições constantes na Instrução Normativa CVM nº480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no Relatório da Martinelli Auditores, emitido em 27 de janeiro de 2017, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece o apoio e a confiança que recebeu e têm recebido continuamente dos acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e entidades com as quais se relaciona e espera continuar merecendo a mesma confiança no futuro.

A Administração.

Notas Explicativas

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM** **31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 154.055 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 30.850, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 123.205 (R\$ 105.139 em 31 de dezembro de 2015).

Com base no planejamento estratégico para os próximos cinco anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Sistema de gestão produtiva: aprimoramento do controle interno do processo de planejamento da produção através da implantação do sistema *lean* de produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas e o fluxo de produção, gerando ganho em escala nos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Participação no mercado: preservação dos mercados e produtos já existentes e recuperação de margem dos produtos, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição e exportação.

c) Despesas financeiras: adequação do endividamento através da negociação de créditos, harmonizando as despesas financeiras em busca do equilíbrio do resultado da Companhia.

A Companhia manteve a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também o controle de novos investimentos. Continuamos focados no gerenciamento do fluxo de caixa, com a renegociação das dívidas tributárias e de dívidas com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2017.

Notas Explicativas

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Notas Explicativas

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Notas Explicativas

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Clientes

Notas Explicativas

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Notas Explicativas

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.11 Fornecedores

Notas Explicativas

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro 2015 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

Notas Explicativas

2.13 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Notas Explicativas

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.15 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Notas Explicativas

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
INSS – Instituto nacional seguridade social	2,5%

2.16 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

3. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2016. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Notas Explicativas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

Notas Explicativas

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	1	-
Banco conta movimento	6	60
Total de caixa e equivalente a caixa	<u><u>7</u></u>	<u><u>60</u></u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	42	39
Títulos de capitalizações	159	260
Total de bancos e aplicações financeiras	<u><u>201</u></u>	<u><u>299</u></u>
Circulante	184	273
Não circulante	17	26

6. CLIENTES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber de clientes mercado interno	12.841	11.241
Contas a receber de clientes mercado externo	4.729	8.267
Total do contas a receber	<u><u>17.570</u></u>	<u><u>19.508</u></u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.219)	(1.657)
Total de clientes	<u><u>16.351</u></u>	<u><u>17.851</u></u>

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos a vencer superior a 90 dias	479	1.038
Títulos a vencer até 90 dias	14.074	13.700
Vencidos em até 90 dias	2.144	2.562
Vencidos de 90 a 180 dias	32	446
Vencidos superior a 180 dias	841	1.762
Contas a receber de clientes	<u><u>17.570</u></u>	<u><u>19.508</u></u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício/período	(1.657)	(2.619)
Adições	(304)	(1.471)
Baixas	742	2.433
Saldo no final do exercício/período	<u><u>(1.219)</u></u>	<u><u>(1.657)</u></u>

7. ESTOQUES

Notas Explicativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Produtos acabados	5.989	6.704
Mercadorias para revenda	896	1.791
Produtos em elaboração	1.737	2.787
Matéria prima	1.578	1.576
Almoxarifado	3.617	3.876
Provisão para estoques obsoletos	(940)	(917)
Total dos estoques	<u>12.877</u>	<u>15.817</u>

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação provisão para estoques obsoletos		
Saldo no início do exercício/período	(917)	(1.247)
Adições	(219)	(329)
Baixas	196	659
Saldo no final do exercício/período	<u>(940)</u>	<u>(917)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS a recuperar	9	4
COFINS a recuperar	42	19
ICMS a recuperar	992	949
IRRF a recuperar	78	77
Total impostos a recuperar	<u>1.121</u>	<u>1.049</u>
Circulante	1.043	972
Não circulante	78	77

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	26.700	24.715
Total propriedades para investimento	<u>26.700</u>	<u>24.715</u>

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente.

Notas Explicativas

As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

- Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 6 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	3%	5%	14%	10%	10%	-		
		Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-								
Saldo em 31/12/2014	34.952	20.436	52.067	428	420	295	8.758	117.356	
Adições	-	-	510	17	16	-	1.428	1.971	
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	(1.451)	(1.453)	
Transferências	-	474	3.219	52	32	37	(3.814)	-	
Depreciação	-	(671)	(4.896)	(131)	(91)	(47)	-	(5.836)	
Baixas da depreciação	-	-	-	2	-	-	-	2	
Saldo em 31/12/2015	34.952	20.239	50.900	366	377	285	4.921	112.040	
Adições	-	-	4.522	69	15	138	947	5.691	
Baixas	-	-	(2.608)	-	-	(189)	(3.500)	(6.297)	
Transferências	-	346	541	-	-	-	(887)	-	
Depreciação	-	(702)	(4.779)	(133)	(82)	(44)	-	(5.740)	
Baixas da depreciação	-	-	894	9	3	81	-	987	
Saldo em 31/12/2016	34.952	19.883	49.470	311	313	271	1.481	106.681	

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizando R\$ 5.740, sendo R\$ 5.625 classificadas como custos, R\$ 29 como despesas comerciais e R\$ 86 como despesas administrativas (R\$ 5.717, R\$ 39, R\$ 80, respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento referem-se à venda de ferramental.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL**

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22	474	496
Adições	-	190	190
Amortizações	-	(110)	(110)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22	554	576
Adições	-	515	515
Amortizações	-	(175)	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22	894	916

As despesas com amortizações totalizam R\$ 175, e foram registradas ao resultado como R\$ 103 em "custo dos produtos vendidos", o montante de R\$ 10 como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 62 como "despesas administrativas" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 50, R\$ 10, R\$ 50, respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

12. FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de mercadorias	5.251	7.086
Fornecedores de serviços	2.018	6.055
Total fornecedores	7.269	13.141

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2016	31/12/2015
Capital de Giro	2,18%+CDI e 100% do CDI	Duplicata/Hipototeca	15.439	23.095
ACC	15% ao ano	Aval	802	11.025
Conta Garantida	2,15% +CDI	Duplicata	1.283	1.500
Empréstimo	0,33% a 0,59% + TJLP	Hipototeca	1.632	2.705
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	732	1.220
Prodec	2% ao ano		5.001	5.184
Limite	2,5% a 13,75%		97	271
Total de empréstimos e financiamentos			24.986	45.000
Circulante			20.047	33.698
Não circulante			4.939	11.302

Notas Explicativas

Por data de vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Em até 6 meses	16.648	30.345
De 6 meses a 1 ano	3.399	3.353
De 1 a 2 anos	4.933	6.357
De 2 a 3 anos	6	4.940
De 3 a 4 anos	-	5
Total de empréstimos e financiamentos	24.986	45.000

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas ("Covenants").

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	1.573	2.231
Provisão de férias a pagar	4.243	4.492
INSS a recolher	31.242	19.167
FGTS a recolher	240	813
IRRF sobre salários recolher	5.496	3.513
Acordos Trabalhistas	1.319	2.548
Outros	5.872	1.745
Total obrigações sociais e trabalhistas	49.985	34.509

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015
PIS	7.391	5.564
COFINS	41.939	32.793
ICMS	15.849	10.121
Outros	244	140
Total obrigações tributárias	65.423	48.618

16. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	9.435	9.638
FGTS	2.999	1.762
Refis	43.011	39.861
Outros	268	3.367
Total parcelamento tributário	55.713	54.628
Circulante	9.317	9.228
Não circulante	46.396	45.400

Notas Explicativas

Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Em 22 de agosto de 2015, a Companhia efetuou junto à Receita Federal a consolidação parcial dos débitos do Refis. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados, com o objetivo de reduzir o valor das parcelas mensais e garantir a adimplência do parcelamento. A consolidação resultou na exclusão de débitos de PIS e COFINS inclusos na adesão.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	<u>(24.304)</u>
Amortizações ocorridas	(15.154)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas – Consolidação (Nota 17)	2.596
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	5.110
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(19.751)
Apropriação juros s/ saldo devedor	<u>11.679</u>
	43.011
(-) Parcela classificada no circulante	<u>(6.397)</u>
Passivo não circulante	<u>36.614</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social - conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo antes dos impostos	(18.646)	(38.686)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	6.340	13.153
Prejuízos Fiscais e Base Negativa - Tributos Não Constituídos	(3.239)	(33.292)
Efeito sobre diferenças permanentes		
Refis	-	(1.737)
Brindes	(24)	(31)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(122)	301
Imposto de renda e contribuição social efetivo	<u>2.955</u>	<u>(21.606)</u>

Notas Explicativas

Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	2.955	(21.606)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	414	563
Provisão para estoque obsoleto	320	312
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	9.163	5.778
Provisão comissões a pagar	135	115
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(525)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(14.748)	(15.300)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(5.676)	(5.149)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(8.270)	(7.895)
Reserva de reavaliação	(430)	(472)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	<u>(19.617)</u>	<u>(22.572)</u>
Saldo Inicial	(22.572)	(3.562)
Estorno Compensação Refis (Nota 16)	-	2.596
Valor registrado ao resultado do exercício	2.955	(21.606)
Saldo Final	<u>(19.617)</u>	<u>(22.572)</u>

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 107.455 (R\$ 97.929 em 31 de dezembro de 2015) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 107.415 (R\$ 97.889 em 31 de dezembro de 2015) em 31 de dezembro de 2016, representando um crédito tributário de R\$ 36.531 (R\$ 33.292 em 31 de dezembro de 2015). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

18. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributária</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.323	-	6.384	7.707
Constituição de provisões	-	-	2.415	2.415
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.323	-	8.799	10.122
Depósitos judiciais relacionados	(200)	-	-	(200)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos

Notas Explicativas

consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
Ações trabalhistas	1.378
Ações tributárias	9.064
Total de perdas possíveis	10.442

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 (quinhentas e oitenta e três mil) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizados o montante de R\$ 1.152 (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2015) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

Notas Explicativas

20. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é o Sr. João Stramosk, o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	592	946
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	195	695

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

A Companhia mantém contrato de representação comercial com acionista. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registrados R\$ 703 a título de comissão (R\$ 704 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2016, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	<u>Membros</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conselho de administração	3	977	1.258
Diretoria administrativa	1	862	1.183
		<u>1.839</u>	<u>2.441</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 1 diretor estatutário. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.

Não há benefícios de longo prazo, pós-emprego.

Notas Explicativas**21. RECEITA DE VENDAS**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita reposição/revenda mercado interno	68.605	67.615
Receita montadora mercado interno	53.135	60.309
Receita Ferroviário	10.563	9.467
Receita mercado externo	17.641	18.905
Receita venda sucata	139	218
Receita operacional bruta	<u>150.083</u>	<u>156.514</u>
(-) Deduções e abatimentos	(745)	(2.693)
(-) Impostos sobre as vendas	(40.307)	(39.626)
Receita operacional líquida	<u>109.031</u>	<u>114.195</u>

22. DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas por natureza	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos dos produtos/serviços vendidos	(81.630)	(102.017)
Despesas com vendas e distribuição	(10.706)	(13.072)
Despesas gerais e administrativas	(7.132)	(9.273)
Outras receitas e despesas	1.612	9.787
Total despesas por natureza	<u>(97.856)</u>	<u>(114.575)</u>

Despesa por função	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos dos bens e serviços	(29.639)	(38.869)
Despesa com comissões	(4.967)	(4.904)
Despesa com fretes	(1.726)	(2.010)
Outras despesas com vendas	(56)	(157)
Despesa com folha de pagamento	(39.966)	(51.951)
Energia elétrica	(6.681)	(8.397)
Serviços de terceiros	(8.684)	(8.444)
Outras despesas administrativas	(1.833)	(3.684)
Despesa com depreciação e amortização	(5.916)	(5.946)
Outras receitas e despesas operacionais	1.612	9.787
Total despesas por função	<u>(97.856)</u>	<u>(114.575)</u>

Notas Explicativas**23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Recuperação de receita	2.024	2.438
Indenizações recebidas	103	-
Receitas diversas	2.118	9.115
Despesas diversas	(2.633)	(1.766)
Total outras receitas e despesas	<u>1.612</u>	<u>9.787</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Varição cambial ativa	3.833	7.356
Empréstimos subsidiados	155	355
Receitas sobre aplicação financeira	6	-
Juros recebidos	66	101
Descontos obtidos	114	18
Outras receitas financeiras	5	29
Total receitas financeiras	<u>4.179</u>	<u>7.859</u>
Despesas financeiras	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.141)	(8.785)
Multa e juros sobre fornecedores	(433)	(1.158)
Multa e juros sobre impostos	(19.015)	(17.728)
Varição cambial	(4.294)	(9.437)
Descontos concedidos	(2.975)	(3.222)
IOF	(213)	(161)
Refis	-	(5.110)
Outras despesas	(929)	(564)
Total despesas financeiras	<u>(34.000)</u>	<u>(46.165)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(29.821)</u>	<u>(38.306)</u>

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(15.691)	(60.292)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(25,85)	(99,33)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(28,44)	(109,26)

Notas Explicativas

26. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

	Moeda	31/12/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	1.201	3,26	2	4,08	987	4,89	1.959
Passivos								
Financiamentos	US\$	246	3,26	-	4,08	(202)	4,89	(401)
Efeito no resultado				2		785		2.118

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	31/12/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Capital de giro/Financ.	CDI	17.621	13,38%	(2.358)	16,73%	(2.948)	20,07%	(3.537)
Badesc	TJLP	1.632	7,00%	(114)	8,75%	(143)	10,50%	(171)
Prodec	-	5.001	2,00%	(100)	2,50%	(125)	3,00%	(150)
Finep	-	732	5,00%	(37)	6,25%	(46)	7,50%	(55)
Efeito no resultado				(2.609)		(3.263)		(3.913)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades descritas na Nota 1, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e,
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Reposição		Montadora		Ferroviário		Exportação		Total	
	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015
Receita líquida	42.628	43.061	40.213	45.925	8.866	7.204	17.325	18.005	109.031	114.195
Custos sobre vendas	24.459	(32.098)	38.520	(46.340)	6.777	(8.706)	11.875	(14.873)	81.630	(102.017)
Lucro/Prejuízo	2.555	(20.712)	(11.271)	(29.937)	(629)	(6.835)	54	(2.808)	(15.691)	(60.292)

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 21.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 25,2% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e iii) Scania Latin America Ltda.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000 (Mil)	De 18/03/2016 a 18/03/2017

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Rio do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2016 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 123.205 mil (R\$ 105.139 mil em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 68.485 mil (R\$ 52.794 mil em 31 de dezembro de 2015). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

. Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 123.205 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 68.485 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2016), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 17.570 mil (R\$ 19.508 mil em 31.12.2015). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 1.219 mil (R\$ 1.657 mil em 31.12.2015). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 940 mil (R\$ 917 mil em 31.12.2015). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possam ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 106.681 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 171.121 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 30 de janeiro de 2017.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) nº 001.132/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes.